

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Direito

Fernando Ribas Araújo

**O PROBLEMA DO CONSENTIMENTO EM SMART CONTRACTS**

Belo Horizonte

2023

Fernando Ribas Araújo

## **O PROBLEMA DO CONSENTIMENTO EM SMART CONTRACTS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Adriano Stanley Rocha Souza

Área de Concentração: Democracia, Autonomia Privada e Regulação

Linha de Pesquisa: Função Social e Função Econômica das Instituições Jurídicas

Belo Horizonte

2023

Fernando Ribas Araújo

## **O PROBLEMA DO CONSENTIMENTO EM SMART CONTRACTS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Democracia, Autonomia Privada e Regulação

Linha de Pesquisa: Função Social e Função Econômica das Instituições Jurídicas

---

Prof. Dr. Adriano Stanley Rocha Souza – PUC Minas (Orientador)

---

Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta – PUC Minas (Examinador)

---

Profa. Dra. Claudia Mara de Almeida Rabelo Viegas – UNA (Examinadora)

Belo Horizonte, 17 de abril de 2024

## RESUMO

A evolução tecnológica tem provocado revoluções em variadas esferas como a econômica, política, social, jurídica e filosófica. Nesse contexto, o desenvolvimento do blockchain é emblemático e traz diversas visões de forma a criticar o sistema financeiro, propondo um novo padrão, principalmente econômico, do mundo se organizar, a fim de não depender da suposta ingerência do Estado naquele momento de crise, empoderando os agentes das transações objetivando proporcionar agilidade, redução dos custos de transação, autoexecução, autoverificabilidade e transparência nas transações. Os smart contracts, instrumentalizados pela tecnologia blockchain, em suma, são protocolos informáticos que permitem que um dispositivo execute as prestações de forma autônoma, logo, sem a necessidade de intermediários verificadores com promessa de rapidez, previsibilidade, automação e autotutela. No entanto, a rápida ascensão dessa tecnologia instiga reflexões sobre suas implicações jurídicas. Dessa forma, o presente trabalho buscou analisar as repercussões dos smart contracts à luz do consentimento, adotando uma abordagem qualitativa e o método hipotético-dedutivo, através de análise bibliográfica, jurisprudencial e legislativa. Buscou-se apresentar o conceito e funcionamento da tecnologia blockchain; analisar a problemática do conceito, características, enquadramento jurídico, potenciais e limites do smart contracts; a relação dos smart contracts à problemática do consentimento; potenciais soluções para mitigação dos limites apresentados. Conclui-se que, em que pese o smart contract ainda necessite de maior assentamento jurídico e prático, estes possuem o potencial de revolucionar os processos transacionais, com opções para mitigar suas limitações, mediante utilização diligente por parte dos usuários, considerando suas características intrínsecas.

**Palavras-chave:** Smart Contracts. Direito Civil. Negócios Jurídicos. Contratos. Autonomia Privada. Consentimento. Confiança. Blockchain.

## ABSTRACT

Technological advancements have incited revolutions across various domains including economic, political, social, legal, and philosophical spheres. In this context, the emergence of blockchain technology is emblematic, offering diverse perspectives that critique the financial system and propose a new paradigm for global organization. This paradigm aims to mitigate assumed state interference during crisis times, thereby empowering transaction agents to enhance speed, reduce transaction costs, and ensure self-execution, self-verification, and transparency. Smart contracts, facilitated by blockchain technology, essentially are computer protocols enabling devices to execute agreements autonomously, thus eliminating the need for intermediary verification and promising speed, predictability, automation, and self-protection. However, the swift rise of this technology prompts contemplation regarding its legal implications. This work endeavored to scrutinize the repercussions of smart contracts in light of consent, adopting a qualitative approach and a hypothetical-deductive method, through bibliographic, jurisprudential, and legislative analysis. The objective was to elucidate the concept and operation of blockchain technology; examine the issues concerning the definition, features, legal framing, potentials, and limitations of smart contracts; explore the relationship of smart contracts with the issue of consent; and propose potential solutions to mitigate the identified limitations. It is concluded that despite smart contracts requiring further legal and practical grounding, they harbor the potential to revolutionize transactional processes. Options to alleviate their limitations can be realized through diligent utilization by users, bearing in mind their intrinsic attributes.

**Keywords:** Smart Contracts. Civil Law. Legal Transactions. Contracts. Private Autonomy. Consent. Trust. Blockchain.